

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br



Hora de começar o ano

O ano de 2023 começa hoje no mundo político. Passados o carnaval e a Quarta-feira de Cinzas, agora o ano terá início com temas controversos a serem definidos: o afastamento do governador Ibaneis Rocha (MDB), os rumos da CPI dos Atos Antidemocráticos na Câmara Legislativa, a prisão preventiva do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Anderson Torres, a discussão e votação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCub) e as medidas para combate ao feminicídio. Serão dias, semanas e meses de muitas notícias.



Parque Ana Lúcia passa por reforma

Os 29 brinquedos do Parque Ana Lúcia passam por manutenção, com serviços que envolvem serralheria e pintura. Os trabalhos no playground mais famoso de Brasília começaram na quarta-feira passada. A obra vai custar R\$ 30 mil. Três brinquedos já foram reformados. Agora, uma equipe trabalha na recuperação de outros seis equipamentos. “São serralheiros e pintores, profissionais que consertam pequenos defeitos e acabam com qualquer sinal de ferrugem das atrações”, conta o administrador do Parque da Cidade, Todi Moreno. Além do tradicional foguete, o playground oferece balanços, escorregadores e outros equipamentos, e duas atrações com acessibilidade para cadeirantes. O Parque da Cidade tem a previsão de ganhar cinco novos brinquedos, entre balanços, pula-pula e outros itens.

Festa para todas as gerações

O conflito entre moradores das quadras e os foliões se repete todos os anos no carnaval. Foi assim em 2023, especialmente nos blocos que reuniram carnavalescos na frente do Infinu, na 506 Sul, na última terça-feira. Mas o público de todas as gerações — crianças, jovens e idosos — se divertiu no local. E, ao contrário do divulgado ontem, o DF Legal não acabou com a festa. Os blocos foram para outro local para não prejudicar os moradores à noite.



Na centenária Portela

O jornalista Moacyr Oliveira Filho, o Moa, ex-presidente da ARUC e presidente do Consulado da Portela no DF, esteve, pelo 30º ano consecutivo, na Sapucaí, desfilando na Portela, no ano do centenário da Majestade do Samba. Para comemorar, ganhou de presente do Seu Mirinho, sócio mais antigo da azul e branco de Oswaldo Cruz e Madureira, uma camisa da Velha Guarda. “Em 30 anos de Portela, esse foi o meu maior troféu”, comemora Moa.



Dois autores, uma lei

A lei, de autoria do ex-deputado distrital Leandro Grass (PV), entrou em vigor e o Governo do Distrito Federal trocou a placa da ponte Costa e Silva para Ponte Honestino Guimarães. Mas o deputado Ricardo Vale (PT), vice-presidente da Câmara Legislativa, faz questão de mostrar que a ideia original é sua. É que lei de autoria do petista, de 2015, foi derrubada por força de uma ação da deputada federal Bia Kicis (PL-DF), mas, no fim do ano passado, a CLDF promulgou uma nova lei, proposta por Grass, que foi vetada por Ibaneis Rocha (MDB). Agora está em vigor.



À QUEIMA-ROUPA

GISELLE FERREIRA,
SECRETÁRIA DA MULHER

“A punição tem que seguir o rigor da lei, com a legislação e cumprimento das punições estabelecidas. A sociedade brasileira deve mostrar ao agressor que ele não ficará impune e a mulher vulnerável”

Temos visto muitos casos de feminicídios no DF. Por que esse tipo de crime ainda ocorre?

Vivemos, infelizmente, em uma sociedade machista em que o homem tem o sentimento de posse. Não são só as agressões físicas, é toda uma cultura enraizada, são muitos os tipos de violências e é preciso lutar contra todas elas.

Qual é o caminho para reduzir essa violência?

Na união de todos e na ação integrada, a exemplo da força-tarefa determinada pela governadora em exercício, Celina Leão, estabeleceu a união de 11 secretarias, Defensoria Pública, MPDFT, TJDF, OAB, Câmara Legislativa e sociedade civil na proposição de políticas públicas voltadas à prevenção do feminicídio e à proteção das mulheres. Além de, por meio da educação, formar cidadãos nas escolas e ter a correta, ágil e efetiva punição aos agressores.

Como, na sua avaliação, deve ser a punição para esses homens que matam mulheres?

A punição tem que seguir o rigor da lei, com a legislação e cumprimento das punições estabelecidas. A sociedade brasileira deve mostrar ao agressor que ele não ficará impune e a mulher vulnerável.

O governo pode ajudar as crianças que ficam órfãs de mães e ainda têm o pai envolvido em crime, sem contar o trauma de, muitas vezes, ver a violência dentro de casa?

A cada mulher assassinada há, por trás, uma família destrocada, principalmente os órfãos. O Estado deve protegê-los e assisti-los no que for necessário, como serviços psicossociais, educacionais e econômicos. Estamos atentos a esses dados e não vão passar despercebidos.

Qual é o seu maior desafio na Secretaria da Mulher?

Fazer essa integração, o trabalho em rede, o trabalho na prevenção, onde a mulher sinta a presença do Estado e possa sair da vulnerabilidade social e de riscos contra a sua própria vida.

Que marca quer deixar em benefício das mulheres?

Nenhuma mulher a menos, nenhuma vida destrocada. Sou professora e acredito muito que sairemos das páginas policiais com a educação, na formação de cidadãos que respeitem o próximo, e na busca da sororidade de fato.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | EDUARDO AROEIRA | PRESIDENTE DA ADEMI-DF

Setor imobiliário em alta

Ao CB.Poder, presidente da entidade afirma que a valorização no DF acima da média nacional trouxe maior expectativa para 2023

» CARLOS SILVA*

A expectativa do mercado imobiliário do DF para 2023 foi tema do CB.Poder — parceria entre Correio e TV Brasília. Segundo Eduardo Aroeira, presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF), a valorização dos imóveis da capital acima da média nacional e a alta nas vendas em 2021 e 2022 foram responsáveis por animar o setor. A jornalista Samantha Sallum, o dirigente da entidade comentou sobre leis e propostas que podem beneficiar o setor em Brasília.

Como explica esse aquecimento durante um período [a pandemia] economicamente complicado?

É importante falar que a pandemia trouxe à população uma visão nova sobre o imóvel. As pessoas tiveram que ficar em casa e passaram a perceber o quanto o imóvel é importante para a qualidade de vida. Então, isso passou a ser muito valorizado. Somadas a essa percepção, também tivemos nesse período as taxas históricas mais baixas tanto da Selic (juros) quanto de financiamento imobiliário, que ficou em até 6,5% ao ano. Isso para o

histórico do nosso país é muito baixo. Com isso, a parcela do financiamento cabia no bolso das pessoas.

E a expectativa para 2023, neste momento de mudança política?

Hoje, temos quase 60 obras no Noroeste. Essas obras geram emprego e renda para a população e impostos para o GDF investir na área social e no desenvolvimento econômico. No ano passado, o mercado imobiliário sozinho gerou 3.250 empregos diretos e 13 mil empregos indiretos. Há um estudo que demonstra também que o mercado imobiliário tem a capacidade de induzir empregos em outras áreas, que, segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), podem chegar a até 20% do que foi gerado na própria construção. No ano de 2022, estimamos que houve 9 mil empregos induzidos. Agora, sobre a situação em que nos encontramos hoje, só o fato de ser um governo novo gera incerteza para quem é investidor. Primeiro, precisamos saber a velocidade e o volume de investimento, bem como as principais definições macroeconômicas de política pública, para que possamos fazer os investimentos da melhor maneira possível. No atual

Mariana Lins



momento, ainda está muito inseguro. A política econômica ainda não está bem definida.

Brasília foi a cidade onde mais ocorreu valorização dos imóveis?

Isso é um dos fatos que nos fazem acreditar num 2023 muito virtuoso. Ao final de 2022, percebemos que a capital do país que teve a maior valorização do imóvel foi Brasília, com 16,77%. A média do Brasil foi 15,06%. O imóvel no DF sempre foi uma garantia de investimento seguro e também de muita rentabilidade. Importante falar que

tanto quem compra o imóvel para investir quanto os que compram para morar são beneficiados com essa valorização. Isso significa que a nossa cidade está gerando riqueza. Quem adquiriu imóveis com essa valorização ficou 17% mais rico.

Um novo bairro será lançado no DF, o Jôquei Clube. Pode falar mais sobre esse empreendimento?

A Ademi-DF participou, com doação desse projeto urbanístico para a Terracap, que vai implementar esse bairro. Tivemos como opinar e sugerir os conceitos mais

modernos do mundo para um bairro sustentável. Ou seja, vai ter muito transporte coletivo e ciclovias. Será residencial e comercial também. Será o bairro mais permeável do Distrito Federal. O mais verde. Isso vai trazer muita qualidade de vida para cerca de 50 mil pessoas.

Onde vai ser localizado e qual vai ser o perfil do morador?

Vai ser de classe média, mas também com habitações de interesse social. Localizado entre Vicente Pires e o Setor de Inflamáveis, vai ser um bairro com o mesmo público, por exemplo, de Águas Claras, com um diferencial: 10% do bairro será para o público de baixa renda.

Por que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) é importante para a cidade? De que forma ele impacta o mercado imobiliário?

Antes de ser empreendedor, sou brasileiro. É obrigação de todo brasileiro defender o tombamento da nossa cidade. A única ferramenta legal que existe atualmente para essa defesa é o PPCUB, que não é aprovado há doze anos. Anualmente, a Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) cobra do GDF e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a aprovação do PPCUB. A grande maioria das regulações do PPCUB são em busca dessa preservação. Para o empresário, o fundamental para se fazer o investimento é a segurança jurídica.

Uma proposta que vocês estão levando ao GDF foi a redução do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI)...

Nós solicitamos ao governo que reduzisse de 3% para a taxa anterior, que era de 2%. Mas temos uma sugestão, como forma de estimular o comércio de móveis e também a arrecadação. Muitas vezes, a pessoa não vai ao cartório escriturar porque precisa pagar o ITBI. Então, ele faz só um contrato direto com a construtora, isso possibilita que ele venda um apartamento com outro contrato. O GDF está deixando de arrecadar esse imposto. Nossa sugestão é que, até 12 meses do Habite-se do empreendimento, esse imposto seja de 1%.

*Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti